

ESCOLA em Tempo Integral

RENAPETI SP

Implementação das Diretrizes Operacionais da oferta de educação em tempo integral

Ana Lúcia Pereira da Silva - Articuladora Estadual-Renapeti/UNDIME/SP/MEC
Eric Vellone Coló – Articulador Estadual- Renapeti/SEDUC/SP/MEC

Legislações

- Lei nº 14.640/2023: institui o Programa Escola em Tempo Integral e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006; a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017; e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021.
- Portaria nº 1.495/2023: dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral, no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral, e dá outras providências.
- Resolução nº 18/2023: estabelece os critérios e procedimentos operacionais de distribuição; de repasse; de execução; e de prestação de contas do apoio financeiro do Programa Escola em Tempo Integral.
- Portaria nº 2.036/2023: define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral, na perspectiva da educação integral, e estabelece ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral.
- PORTARIA 1.168/2024 - Dispõe sobre o funcionamento da Rede Nacional de Articuladores do Programa Escola em Tempo Integral - Renapeti e altera a Portaria MEC nº 2.036, de 23 de novembro de 2023.
- Resolução CEB/CNE nº 07/2025 - Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica.

Programa Escola em Tempo Integral

Apoio financeiro e técnico para a criação de matrículas de tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica

Importantes números e dados sobre a Educação Integral em Tempo Integral no país e no Estado de São Paulo.

- 1,7 milhão de matrículas em tempo integral;
- 90,48% de políticas de educação integral em tempo integral instituídas em todo o país;
- 4 bilhões transferidos às Secretarias de Educação Estaduais, Municipais e Distrital entre 2023 e 2024;
- 3 bilhões chegando a partir de outubro no âmbito do FUNDEB (Port. N° 605/25);
- 80% dos municípios do estado do SP declararam possuir Política de Educação Integral em Tempo Integral aprovada!

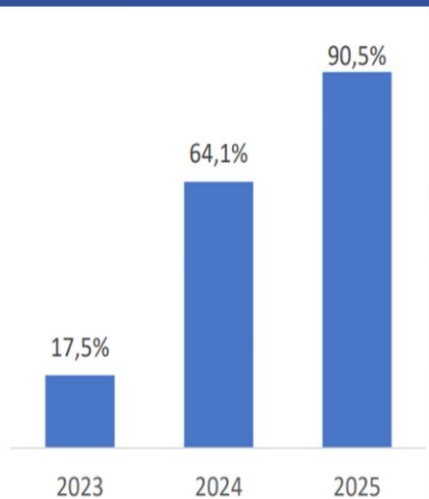


Gráfico 1. Porcentagem acumulada de entes com política de Educação Integral em Tempo Integral, por ano de registro no SIMEC.

Prorrogação do Prazo para utilização dos Recursos ETI Ciclo 1 (2023-2024) [Resolução N° 13/2025](#)

Resumo técnico da Resolução n° 13/2025 Publicação: DOU, 31/10/2025 Órgão: FNDE –

Assunto: Altera a Resolução CD/FNDE n° 18, de 27 de setembro de 2023, que dispõe sobre o apoio financeiro à ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral (EEx).

Ponto central da alteração O Art. 11 da Resolução n° 18/2023 é alterado para estabelecer que o EEx terá até 36 (trinta e seis) meses para execução dos recursos financeiros, contados a partir da data final da pactuação, conforme cronograma a ser definido por portaria da Secretaria de Educação Básica do MEC.

Na prática, isso não reinicia o prazo, mas amplia o total anterior, que era de 24 meses, acrescentando mais 12 meses para execução.

CICLO 2 (2024/2025) no âmbito do FNDE

Informamos que: conforme previsto no art. 7º da Portaria 605, de 29 de agosto de 2025, os recursos previstos para a educação em tempo integral deverão ser aplicados e prestado contas conforme as regras do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)

a saber: Art. 7º Os recursos financeiros de que trata esta Portaria serão repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e deverão ser aplicados e prestados contas conforme as regras da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

➤ **3 bilhões chegando a partir de outubro às Secretarias de Educação**

Posteriormente, a Portaria 669/2025 disciplinou a proporção a ser desembolsada entre os meses de outubro a janeiro de 2026, conforme a seguir:

§ 2º O valor total do fomento para cada rede de ensino, constante do Anexo II a esta Portaria, será repassado pelo FNDE, obedecendo a seguinte proporção para cada mês:

I - outubro de 2025: 42,5% (quarenta e dois inteiros e cinco décimos por cento);

II - novembro de 2025: 21,25% (vinte e um inteiros e vinte e cinco centésimos por cento);

III - dezembro de 2025: 21,25% (vinte e um inteiros e vinte e cinco centésimos por cento); e IV - janeiro de 2026: 15% (quinze por cento)

Nota Metodológica do cálculo dos quantitativos de matrículas e valores a serem repassados para cada ente federado referentes ao anexo da Portaria MEC nº 605/2025

D

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1 - Edição Extra

ISSN 1677-7042

Nº 164-B, sexta-feira, 29 de agosto de 2025

ANEXO

QUANTIDADE DE MATRÍCULAS E VALORES TOTAIS POR REDE DE ENSINO A SEREM REPASSADOS PARA O FOMENTO À CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA, NO ÂMBITO DO FUNDEB

Código IBGE	UF	Ente	Rede	Registrou política e norma de Ed. Integral em Tempo Integral	Valor total do fomento a ser repassado	Quantidade de matrículas
12	AC	Acre	Estadual	Sim	R\$ 11.546.264,40	2.820

2703601	AL	Japaratinga	Municipal	Sim	R\$ 291.234,27	43
2703700	AL	Jaramataia	Municipal	Sim	R\$ 228.259,54	38
2703759	AL	Jequiá da Praia	Municipal	Sim	R\$ 413.146,29	61
2703809	AL	Joaquim Gomes	Municipal	Sim	R\$ 860.157,03	127
2703908	AL	Jundiá	Municipal	Sim	R\$ 203.186,70	30
2704005	AL	Junqueiro	Municipal	Sim	R\$ 520.157,95	76
2704104	AL	Lagoa da Canoa	Municipal	Sim	R\$ -	-
2704203	AL	Limoeiro de Anadia	Municipal	Sim	R\$ 474.102,30	70
2704302	AL	Maceió	Municipal	Sim	R\$ 6.817.551,32	1.706
2704401	AL	Major Isidoro	Municipal	Sim	R\$ 203.186,70	30
2704906	AL	Mar Vermelho	Municipal	Sim	R\$ 202.779,00	30
2704500	AL	Maragogi	Municipal	Sim	R\$ -	-

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 7/2025

Do que trata a Resolução?

Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 7,
DE 1º DE AGOSTO DE 2025 -
RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 7, DE
1º DE AGOSTO DE 2025 - DOU -
Imprensa Nacional



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 04/08/2025 | Edição: 145 | Seção: 1 | Página: 27

Órgão: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 7, DE 1º DE AGOSTO DE 2025

Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica.

A PRESIDENTA DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 10, inciso VI, da Portaria MEC nº 1.306, de 2 de setembro de 1999, e tendo em vista o disposto no art. 7º, alíneas 'b' e 'd', e art. 9º, § 1º, alínea 'c', da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, no art. 8º, § 1º e art. 90 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, na Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 12, de 11 de junho de 2025, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no Diário Oficial da União, de 1º de agosto de 2025, Seção 1, Pág. 24, resolve:

À qual legislação a Resolução CEB/CNE nº 07 responde?

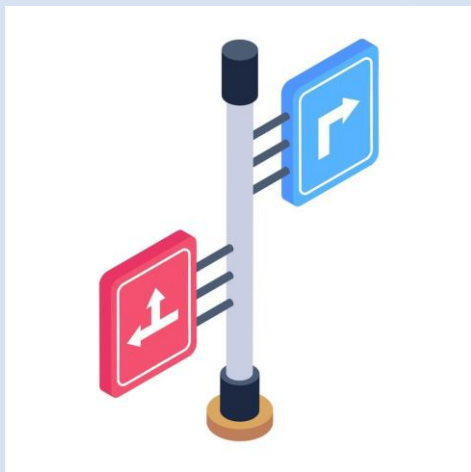
Inciso II, § 3º, art. 3º, Lei 14.640/2023

II - ocorrerá obrigatoriamente em escolas com **propostas pedagógicas alinhadas à Base Nacional Comum Curricular** e às disposições da **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e concebidas para oferta em jornada em tempo integral na **perspectiva da educação integral**

§ 1º, art. 15, Portaria 2.036/2023

Compete ao Ministério da Educação a elaboração de **documento nacional com princípios e orientações** para a Educação Integral em tempo integral por etapa e modalidades da educação básica.

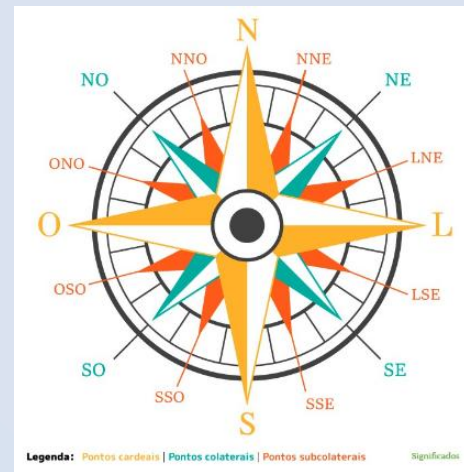
O que são Diretrizes?



Guia



Rumo



Orientação

Agentes envolvidos

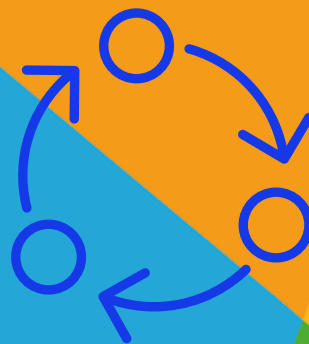
SEB e
RENAPETI/MEC

Secretaria de
Educação

Escolas

Conselhos de
Educação

Parceiros Undime,
Consed, Consec, Uncme e
Fonced



Frentes de assistência técnica à implementação

SEB/MEC e
RENAPETI

Secretarias de
Educação /
Conselhos de
Educação

Frentes de implementação da Resolução

Secretaria

Escolas

Competências dos agentes envolvidos

Articuladores do Programa Escola em Tempo Integral:

- Ponte direta SEB/MEC com as redes municipais, estaduais e distrital
- Assessoramento técnico no planejamento, implementação, monitoramento e aprimoramento contínuo
- Promovem encontros periódicos remoto ou presencial com equipes das Secretarias

Competências dos agentes envolvidos

Secretarias de Educação:

- Elaboração do plano de implementação das diretrizes;
- Organização e apoio junto às escolas;
- Atualização e revisão de normas locais, se cabível;
- Acompanhamento da implementação.

Competências dos agentes envolvidos

Conselhos de Educação:

- Acompanhamento;
- Assessoramento;
- Apoio ao Executivo local na atualização e/ou emissão de normas, se cabível;
- Realização de audiências e reuniões públicas.

Competências dos agentes envolvidos

Escolas:

- Formulação do plano local de implementação;
- Atualização e revisão do Projeto Político-Pedagógico, se cabível;
- Implementação das Diretrizes na escola;
- Diálogo com as comunidades escolares.

O que é necessário para implementá-la?



LEITURA



ESTUDO
COLETIVO



RESPONSABILIDADES



CRONOGRAMA



PLANO DE
AÇÃO



ACOMPANHAMENTO



AJUSTES E CORREÇÕES

Revendo caminhos

1. O que a Secretaria já possui?

À luz da Resolução N° 7, há algo a ser revisto? aprofundado? incluído?

Lei

Decreto

**Diagnóstico/
Avaliação da
Política**

Portaria

**Parecer e
Resolução do
Conselho**

Revendo caminhos

2.Qual a governança da implementação das diretrizes?

Quem serão os responsáveis e as responsabilidades ?

Ponto-focal

Equipe

Setores

Parceiros locais

3. Quais as etapas da implementação? Por uma implementação gradual nas redes e escolas

Como a implementação ocorrerá?

Plano de ação

Cronograma

Formação

**Comunicação e
engajamento**

Para saber o que precisa ser conservado e o que deve ser melhorado é fundamental conhecer os resultados

conservar

melhorar

**Dimensões
estratégicas da
implementação**

**Sistemas de
Ensino**

Escolas

**Acesso e
permanência
com equidade**

**Gestão da
Política de
Educ. Integral
em tempo
integral**

**Articulação
intersetorial e
integração com
territórios e
comunidades**

**Monitoramento
e avaliação**

**Valorização e
desenvolvimento
profissional de
educadores**

**Currículo, práticas
pedagógicas e
avaliação da
aprendizagem e do
desenvolvimento**

Cotidiano na Educ. em Tempo Integral

Pontos de Atenção e Cuidado – Trabalho Coletivo



Alimentação



Cuidados



**Convivência e
socialização**



Aprendizagens



**Desenvolvimento
pleno**



**Participação e
autonomia**



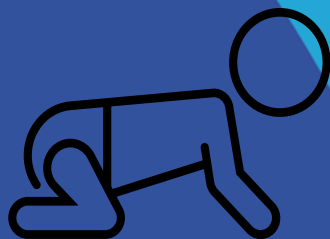
superação
da lógica de
turno e
contraturno



Intencionalidade
pedagógica

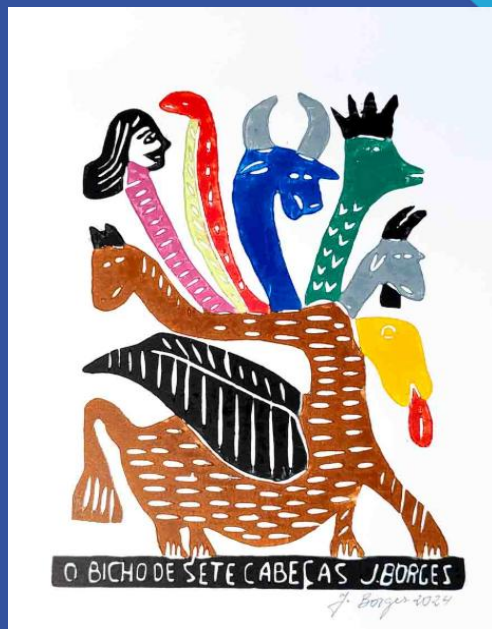
Cotidiano na Educ. em Tempo Integral
Pontos de Atenção e Cuidado – Trabalho Coletivo

intencionalidade - resultados



O que precisa conter o Plano de Implementação?

- Deve conter ações para implementar as diretrizes no nível da Secretaria e das escolas;
- Cronograma com datas de início e término;
- Definição dos responsáveis por cada ação;
- Estratégias para acompanhar a implementação;
- Pode incluir revisão normativa, formação de equipes, diálogo com sindicatos, entre outros.



O Plano de Implementação é o mesmo que revisar ou construir diretrizes próprias?

- Para redes e municípios com diretrizes próprias, o plano de implementação deve ser uma revisão dessas diretrizes à luz das novas estabelecidas pelo CNE;
- Para os que ainda não têm diretrizes, o plano pode contemplar a construção delas, sempre visando alinhar às normas nacionais;
- O produto esperado é o plano de implementação, que pode envolver a revisão normativa.

Pode o Plano incluir ações já iniciadas ou concluídas?

- Sim, ações que já começaram em 2025 podem constar no plano como parte do processo de implementação.

O Plano deve ter ações futuras?

- Sim, o plano deve projetar ações a serem realizadas no futuro, com cronograma detalhado para continuidade ou início dessas ações.

O Plano pode incluir a revisão do currículo e/ou mudanças na matriz curricular?

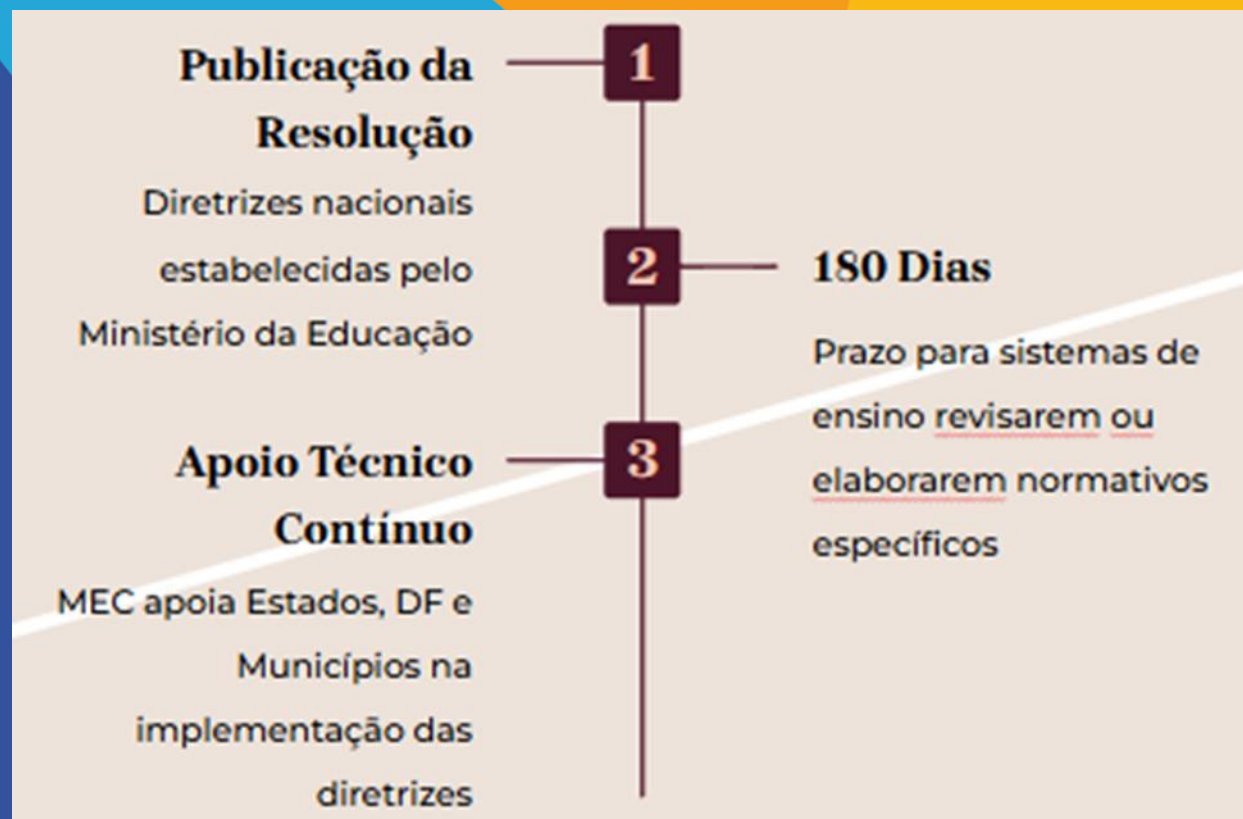
- Sim, o plano pode incluir ações para revisão e aprimoramento curricular, desde que as melhorias garantam a qualidade no ensino integral;
- As mudanças devem ser feitas de modo gradual e com base em diagnóstico da rede.

Como será acompanhado o Plano de Implementação pelas secretarias?

- É importante que as secretarias designem pontos focais para implementar e acompanhar as ações;
- O acompanhamento deve identificar quem faz, quando, onde e como.

Qual o prazo para entrega do Plano?

- O prazo originalmente estabelecido foi 180 dias a partir da publicação da resolução (início de agosto),



Como será feita a articulação entre Renapeti, secretarias e escolas?

- A Renapeti atua diretamente com as secretarias de educação;
- As secretarias replicam e implementam no nível das escolas;

O que fazer se a política já existe na rede e está adequada?

- A implementação não necessariamente implica revisão normativa, se esta já está adequada;
- O plano pode focar em outras dimensões da implementação, como formação, acompanhamento ou melhorias específicas.

Pode haver modelos ou templates para auxiliar na elaboração do Plano?

Referência à Norma	Data de Início	Objetivo	Ação	Estratégias	Avaliação	Responsáveis	Data de Término
Art./Inciso/Alínea	(Informe a data em que a ação será iniciada.)	(Descreva o propósito principal da ação.)	(Indique a ação central que será desenvolvida para atingir o objetivo.)	(Liste as estratégias específicas que serão executadas para viabilizar a ação.)	(Explique como será feita a verificação dos resultados. Quais os indicadores serão utilizados?)	(Indique o/los responsáveis pela execução e acompanhamento da ação.)	(Informe a data prevista para a conclusão da ação.)
Dimensão I: Acesso e Permanência com Equidade							
Nº	Data de Início	Objetivo	Ação	Estratégias	Avaliação	Responsáveis	Data de Término
Dimensão II: Gestão da Política de Educação Integral em Tempo Integral							
Nº	Data de Início	Objetivo	Ação	Estratégias	Avaliação	Responsáveis	Data de Término

Como garantir a qualidade da implementação?

- Por meio de formação continuada e avaliação dos resultados de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes;
- O plano deve prever ações factíveis e gradativas, sempre considerando a realidade local.

Os articuladores devem avaliar o Plano das redes?

Como o MEC verificará o cumprimento do Plano pelas redes?

- Não cabe aos articuladores analisar ou avaliar as políticas locais detalhadamente;
- Os articuladores devem fornecer assistência técnica e apoio formativo para orientar as redes na elaboração dos planos.

Orientações Pedagógicas por Etapa

A implementação da Educação Integral em Tempo Integral exige articulação estratégica entre três pilares fundamentais que promovem o desenvolvimento pleno dos educandos em todas as suas dimensões.

Educação Infantil

Ampliar e diversificar oportunidades qualificadas para o pleno exercício dos direitos de aprendizagem, conforme DCNs e BNCC.

Ensino Fundamental

Aprofundar e diversificar aprendizagens, priorizando atividades que contemplem diferentes dimensões do conhecimento, cultura e vida social.



Contato

Ana Lúcia – Articuladora UNDIME SP

18 99787-3133

ana@educacaobrejo.com.br

Eric Vellone Coló – Articulador Estadual SEDUC

11 98785-8725

eric.colo@educacao.sp.gov.br

OBRIGADO E ATÉ O PRÓXIMO WEBNÁRIO

12/12 às 15h